

Sto. André aprova auxílio-distância a servidores

Valor será concedido àqueles com salários de até R\$ 4.124 e que atuam em Paranapiacaba e Parque Andreense

Fábio Martins

fabiomartins@dgabc.com.br

Os vereadores de Santo André aprovaram ontem, por unanimidade e em definitivo, projeto de lei do Executivo

que concede auxílio-distância no valor que varia de R\$ 100 a R\$ 250. O valor será pago pela administração direta e indireta aos servidores municipais cujos vencimentos totais não ultrapassem R\$ 4.124 mensais, desde que trabalhem e não residam em Paranapiacaba e Parque Andreense. A reclassificação de vencimentos dos funcionários contemplados será retroativa a abril.

O prefeito Carlos Grana (PT) afirmou que essa medida foi proposta devido ao longo

percurso enfrentado diariamente – o que influencia no lado financeiro com transporte – pelos servidores que atravessam Mauá, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra para atuar no respectivo posto de trabalho. “É uma compensação para quem trabalha lá (*nos dois bairros*)”, disse, descartando estender o benefício a outros locais distantes da cidade.

O secretário de Gabinete, Tiago Nogueira (PT), afirmou que relatos de alguns servidores dão conta de que demora

“cerca de duas horas” para chegar ao local. “Por isso esse adicional no salário. Uma ajuda, é complemento na remuneração”, frisou. A Prefeitura gastará R\$ 635,2 milhões anuais com folha de pagamento. Não foram divulgados os gastos específicos com os benefícios nem o número de funcionários contemplados pela matéria.

Outro projeto avalizado ontem pelo Legislativo, em sessão extraordinária, foi o PPA (Plano Plurianual) dos próximos quatro anos

(2014-2017), sem emendas. A estimativa de receita da administração direta e indireta para o quadriênio é de R\$ 3,1 bilhões em 2014, R\$ 3 bilhões em 2015, R\$ 2,9 bilhões em 2016 e R\$ 2,9 bilhões em 2017. A justificativa para o valor maior nos dois primeiros exercícios se refere aos projetos aprovados ou em análise pelo governo federal.

O documento foi elaborado depois de 20 plenárias do PPA Participativo. Segundo nota da Prefeitura, nesse período foram colhidas 1.361 demandas sugeridas pelos munícipes. Em quatro anos, o Paço estabeleceu como meta atingir o patamar de 90% de esgoto coletado e tratado – hoje é próximo de 50% –, entrega de 5.000 moradias populares, 3.000 vagas em creches, inauguração de cinco UPAs (Unidade de Pronto-Atendimento) 24 horas, entre outras. “É um planejamento que poderá ser cobrado pela população”, alegou Tiago.